



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PROJETO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1. AÇÃO EDUCACIONAL

Curso de Extensão em “Processo Político: Teoria e Prática no Legislativo”

1.1. Áreas de conhecimento

6.02.02.00-9 – Administração Pública

7.09.00.00-0 – Ciência Política

7.09.04.00-6 – Políticas Públicas

1.2. Órgão executor

ILB/COESUP/SEFOPEE

1.3. Contribuições para elaboração do projeto

- Especialistas em Ciência Política e em Políticas Públicas:
 - Beatriz Simas Silva (CONLEG)
 - Bruno Gasparotto Ponne (SGIDOC)
 - Fernando Boarato Meneguim (CONLEG)
 - Ludmila Albuquerque Douettes Araújo (PRVPRE)
 - Paulo Roberto da Costa Kramer (Câmara dos Deputados)
 - Paulo Sérgio Paiva Futuro (GLDMIN)
 - Rafael Silveira e Silva (CONLEG)
- Serviço de Pesquisa Parlamentar
- Coordenação de Educação Superior
- Serviço dos Cursos de Pós-Graduação
- Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.4. Facilitadores de aprendizagem e coordenador(a)-geral do curso

A depender do resultado do processo seletivo com base na Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021.

1.5. Nº de vagas

40 vagas.

1.6. Público-alvo

O curso é destinado, preferencialmente, a servidores efetivos ou comissionados do Senado Federal ou de órgãos parceiros que realizem atividades concernentes ao processo político.

1.7. Requisitos para participação discente

São pré-requisitos para participar do curso na condição de discente: (i) possuir diploma de graduação reconhecido pelo MEC; (ii) possuir disponibilidade para participação integral na ação educacional; (iii) possuir meios de acesso a recursos computacionais e de internet para acompanhamento das aulas remotas e também para a realização das atividades extraclasse.

Embora não seja necessário, é desejável que o discente tenha experiência prévia na temática do curso.

1.8. Carga horária

60 horas-aula, por meio de plataforma de videoconferência, com possíveis encontros presenciais nas disciplinas.

1.9. Período e periodicidade

Dias e horários das aulas síncronas: as aulas poderão ocorrer às segundas e sextas-feiras, das 8h às 12h10, e às quintas-feiras, de 18h às 20h, conforme calendário do curso que vier a ser estabelecido pelo(a) coordenador(a)-geral.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.10. Previsão de realização

Segundo semestre de 2023.

2. JUSTIFICATIVA

A organização, estrutura e atribuições do Congresso Nacional são objeto de estudos e análises no meio acadêmico. Seu papel como Poder do Estado e seu desempenho político, seja em relação aos demais Poderes, seja nos procedimentos necessários ao desempenho de sua missão constitucional, são avaliados por professores, estudantes, analistas e profissionais, inclusive da mídia, reunindo uma carga significativa de conceitos, porém ainda parcial e passível de aperfeiçoamento.

No intuito de contribuir para maior efetividade da atuação institucional do Poder Legislativo, bem como de aperfeiçoar a atuação profissional direta e indireta dos servidores que trabalham ou têm interesse em atuar no processo político, esta ação educacional buscará apresentar uma visão teórica e prática dos princípios, estruturas e mecanismos do Poder Legislativo e de seu papel em relação aos demais Poderes (especialmente o Executivo), além de estimular reflexões, a partir de novas pesquisas oriundas da vivência no Parlamento e da própria experiência dos alunos, sobre temas relevantes aos atores do processo político e ao seu comportamento no cenário legislativo.

Ressalta-se que as disciplinas propostas no quadro programático da ação educacional coadunam-se com a matriz geral de correlação das áreas de conhecimento de interesse do Senado Federal para as especialidades integrantes da carreira legislativa, conforme teor do Ato da Diretoria-Geral nº 10, de 2022. Dentre as áreas de interesse da Casa, a proposta educacional tangencia, por exemplo, temas inseridos nos campos da Administração Pública, da Ciência Política e do Processo Legislativo e Técnicas Legislativas.

O referido curso está previsto no Plano de Capacitação do Senado Federal – PCASF 2023 (Anexo I – NUP 00100.155426/2022-95-1), aprovado pelo Conselho de Supervisão do



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

ILB em 5 de dezembro de 2022 (NUP 00100.155426/2022-95) e publicado no BASF nº 8620, Seção 01, de 26/12/2022¹. Por fim, o curso dá continuidade ao desenvolvimento e à capacitação de profissionais que atuam diretamente no assessoramento parlamentar ou no processo legislativo.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral:

Aprimorar as competências técnico-profissionais dos servidores envolvidos em atividades relativas ao processo político, com base em uma visão crítica e reflexiva do Poder Legislativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das funções públicas que ocupam.

3.2. Específicos:

- Refletir de forma crítica sobre as dinâmicas do Poder Legislativo e do processo político, percebendo o seu papel na estrutura do Congresso Nacional;
- Formular análises qualificadas sobre sistemas, organizações e processos políticos;
- Compreender a estrutura e o processo de governo em seus diferentes níveis e nas várias instituições políticas;
- Demonstrar como se configura a relação entre o Parlamento e a sociedade civil, evidenciando fluxos de informação relativos às demandas e às respectivas intervenções/reações;
- Compreender as diversas perspectivas aplicadas às políticas públicas, destacando, especialmente, o papel do Legislativo em sua elaboração, discussão e monitoramento;
- Disseminar informações sobre estudos legislativos.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

¹ Todavia, foi realizada uma adequação no nome da ação educacional, tendo em vista o conteúdo programático previsto neste projeto pedagógico. O nome do curso aprovado no PCASF era “Curso de Extensão em Legislação e Processo Político”.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

O curso será ministrado em cinco disciplinas, distribuídas da seguinte forma:

Disciplinas	Carga horária
I – Fundamentos do Processo Político	8 h
II – Poder Legislativo e a Relação entre os Poderes	12 h
III – O Congresso e a Dinâmica dos Trabalhos Legislativos	14 h
IV – O Legislativo e as Políticas Públicas	14 h
V – Laboratório de Práticas	12 h
Carga horária total	60 h

5. DISCIPLINAS

Disciplina I – Fundamentos do Processo Político

Ementa: Elementos do processo político. A ciência política moderna. Introdução às políticas públicas. Processo político: atores e fragilidades.

Objetivos específicos da disciplina:

- Discutir os componentes mais relevantes do processo político no contexto do Legislativo brasileiro, apontando os atores, as interações e as possíveis fragilidades.
- Perceber as políticas públicas de forma conjuntural no ambiente do Poder Legislativo.

Carga horária: 8 horas.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Referências básicas*:

ANDRADA, Antônio Carlos Doorgal de. Política, ainda é possível? As fragilidades do processo político institucional na pós-modernidade e a realidade brasileira. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. Sumário:

<https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=000864924>. Acesso em 21 ago 2023.

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. São Paulo: Globo, 2005.

BEKKERS, V., FENGER, M. & SCHOLTEN, P. Public policy in action: Perspectives on the policy process. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. pp. 1-16 and 38-78, 2017.

BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo na História do Pensamento Político. Brasília: Editora da UnB, 1980.

CAIRNEY, P. What is public policy? How should we study it? In P. Cairney (Ed.), Understanding Public Policy: Theories and Issues. London: Palgrave Macmillan, 1st ed., pp. 22-45, 2012.

CHRISPINO, Álvaro. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. São Paulo: FGV, 2016. Sumário:

<https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1064261>. Acesso em 21 ago 2023.

DAHL, Robert. Análise Política Moderna. Brasília: Editora da UnB, 1988.

HELLER, Hermann. A teoria do Estado. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). Política & Sociedade. São Paulo: Ed. Nacional, v. 1, 1983.

GIANTURCO, Adriano. A Ciência da Política: Uma Introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Sumário:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

<https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=11799>

54. Acesso em 21 ago 2023.

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, N. et al. Dicionário de Política. Brasília, DF: Universidade de Brasília, v. 1, 1993.

HABERMAS, Jurgen. Participação Política. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). Política & Sociedade. São Paulo: Ed. Nacional, v. 1, 1983.

HUBER, E. & BOGLIACCINI, J., Latin America. In: F. G. CASTLES, S. LEIBFRIED, J. LEWIS, H. OBINGER & C. PIERSON (Eds.), The Oxford Handbook of the Welfare State. Oxford: Oxford University Press, pp. 644-655, 2010.

NOGUEIRA, Octaciano. Introdução à Ciência Política, Brasília, Senado Federal, Ed. Unilegis de Ciência Política, 2006.

PARSONS, Talcott. O conceito de poder político. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). Política & Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia poderá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina II – Poder Legislativo e a Relação entre os Poderes

Ementa: Sistemas de governo e funções do Legislativo e do Executivo. Bicameralismo em perspectiva comparada. Poder Legislativo e presidencialismo da coalizão. Apropriação da agenda legislativa. Legislativo e o controle do Executivo.

Objetivos específicos da disciplina:



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- Analisar as dimensões do sistema de governo no Brasil, notadamente sob a perspectiva das relações entre os poderes Legislativo e Executivo, especialmente quanto à dinâmica dessas relações.
- Abordar de forma analítica o Bicameralismo no Brasil e o presidencialismo de coalizão como atributos integrantes na relação entre os Poderes.

Carga horária: 12 horas.

Referências básicas*:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. [2. ed.] Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, p. 35-78, 2007.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal. Política e Sociedade, v. 11, n. 21, Florianópolis, 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n21p83/22663>. Acesso em 21 ago 2023.

CECILIO, Adriana. A separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos. 1. ed. São Paulo: Amanuense, 2022. Sumário:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2023/mar%C3%A7o/1223719/sumario.pdf>. Acesso em 21 ago 2023.

INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: UFMG, 2009.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

LEMOS, Leany B. (Org.). O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Brasília: Senado Federal, 2008.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional, Editora FGV, São Paulo, 2000.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Revista Plenarium. Brasília: Câmara dos Deputados. Ano I, n. 1, pp. 41-56, 2004.

LIMONGI, Fernando P. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: Leonardo Avritzer e Fatima Anastasia. (Org.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 237-257, 2006.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. Bicameralismo em perspectiva comparada. In: Reforma Política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fatima (Org.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Org.). Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 55-73, 2007.

RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fatima (Org.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 259-271, 2006.

SANTOS, Fabiano. Em Defesa do Presidencialismo de Coalizão. In: Reforma Política no Brasil – Realizações e Perspectivas. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 19-38, 2003. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_6550-544-1-30.pdf. Acesso em 21 ago 2023.

SILVEIRA E SILVA, Rafael. Mais além do Presidencialismo de Coalizão: o fenômeno da Apropriação da agenda legislativa. In: IX Encontro da ABCP, Brasília. Anais Eletrônicos do



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3InYpi7> . Acesso em 21 ago 2023.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia poderá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina III – O Congresso e a Dinâmica dos Trabalhos Legislativos

Ementa: Comissões legislativas temáticas e partidos políticos no Congresso Nacional. As carreiras políticas e a lógica da ação parlamentar. Agendas políticas e a relevância parlamentar. Teorias sobre grupos de interesse e o *lobby*. Frentes e bancadas parlamentares.

Objetivos específicos da disciplina:

- Examinar o funcionamento interno do Congresso e as relações construídas pelos parlamentares e partidos políticos com a sociedade civil.
- Perceber essas dinâmicas sob a ótica do debate nacional acerca dos grandes temas.

Carga horária: 14 horas.

Referências básicas*:

ARAÚJO, Suely M. V. G.; SILVA, Rafael S. Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos, v. 2, p. 58-74, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riel/article/view/5847/4546>. Acesso em 21 ago 2023.

ARAÚJO, Suely M. V. G.; SILVA, Rafael S. Titulares da agenda e carreiras políticas. Rev. Brasileira de Ciências Políticas [online]. n.10, p. 285-311, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 ago 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

CARVALHO, Juliana. Revisão da bibliografia sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil (2011—2021). BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 1, n. 97, p. 1–16, 20 jan. 2022. Disponível em:

<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/562>. Acesso em 21 ago 2023.

LEMOS, Leany B. O Congresso Brasileiro e a Distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 561-605, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/Tf8zj4JxQWssTwjJRw7PTSq/?lang=pt>. Acesso em 21 ago 2023.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Opinião Pública, v. 9, n.1, p. 44-67, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-62762003000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 21 ago 2023.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados [online], v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf> . Acesso em 21 ago 2023.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo: O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 43, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/004.pdf>. Acesso em 21 ago 2023.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. Rev. Econ. Polít., São Paulo, v. 27, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a10v27n4.pdf>. Acesso em 21 ago 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

SANTOS, Luiz Alberto dos. Regulamentação das atividades de *lobby* e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 527 f. 2007.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; ARAÚJO, Suely M. V. G. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos Agenda Holders no Congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 21, p. 19-50, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/32Lc425>. Acesso em 21 ago 2023.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; ARAÚJO, Suely M. V. G. Representações Políticas Alternativas no Congresso Nacional: uma Proposta Conceitual para Compreender as Frentes Parlamentares. Revista Direito Público, v. 16, p. 232, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334440790_REPRESENTACOES_POLITICAS_ALTERNATIVAS_NO_CONGRESSO_NACIONAL_UMA_PROPOSTA_CONCEITUAL_PARA_COMPREENDER_AS_FRENTES_PARLAMENTARES. Acesso em 21 ago 2023.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; NERY, Pedro Fernando. Instâncias de Decisão e Espaços de Cooperação no Senado: Uma visão dos Ambientes Estratégicos em Rede. Economic Analysis of Law Review, v. 9, p. 243-262, 2019.

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/10986/6474>. Acesso em 21 ago 2023.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia poderá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina IV – O Legislativo e as Políticas Públicas

Ementa: Políticas públicas e governança no setor público. Avaliação de políticas públicas: referenciais *ex ante* e *ex post*. Análise de dados quantitativos e qualitativos em projetos de



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

políticas públicas. O papel do Poder Legislativo na produção, na fiscalização e na avaliação de políticas públicas.

Objetivos específicos da disciplina:

- Identificar modelos de análise e avaliação de políticas públicas, as quais têm ocupado cada vez mais espaço nas discussões legislativas, especialmente no Senado Federal.
- Compreender o papel do Poder Legislativo na produção, na fiscalização e na avaliação de políticas públicas.

Carga horária: 14 horas.

Referências básicas*:

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. 2. ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva jur, 2021. Sumário:

<https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1190388>. Acesso em 21 ago 2023.

BRASIL. Guia da política de governança pública. Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em:

www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica. Acesso em 21 ago 2023.

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante*. Volume 1, Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018. Disponível em:

https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/153743_analise-ex-ante_web_novo.pdf/view. Acesso em 21 ago 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR). Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade – SEA. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/analise-de-impacto-regulatorio-2013-air-1/guia-para-elaboracao-de-air-2021.pdf>. Acesso em 21 ago 2023.

FREIRE, D. Evaluating the Effect of Homicide Prevention Strategies in São Paulo, Brazil: A Synthetic Control Approach. *Latin American Research Review*, 53(2), 231-249, doi:10.25222/larr.334. 2018. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/evaluating-the-effect-of-homicide-prevention-strategies-in-sao-paulo-brazil-a-synthetic-control-approach/E5AFC2A57EC06B0CAA65EFF98F6858AB>. Acesso em 21 ago 2023.

GERTLER, Paul J.; MARTINEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, Laura B.; VERMEERSCH, C. M. J.. Avaliação de Impacto na Prática (Partes 1 e 2). Segunda Edição. Washington, DC: Inter-American Development Bank and World Bank. 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/avaliacao-de-impacto-na-pratica-segunda-edicao>. Acesso em 21 ago 2023.

MENEGUIN, F. B.; SILVA, R. S. (org.). Avaliação de Impacto Legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535244>. Acesso em 21 ago 2023.

PAULA, Felipe de. Legislative policy in Brazil: limits and possibilities. Leiden: The Meijers Research Institute, 2018. Sumário:

<https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1142258>. Acesso em 21 ago 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PONNE, Bruno G.. Better Incentives, Better Marks: A Synthetic Control Evaluation of the Educational Policies in Ceará, Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 17, n. 1, e0005, 2023. Disponível em:

https://brazilianpoliticalsciencereview.org/wp-content/uploads/articles_xml/1981-3821-bpsr-17-1-e0005/1981-3821-bpsr-17-1-e0005.x90060.pdf. Acesso em 21 ago 2023.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 46, p. 1271–1294, out. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?lang=pt>. Acesso em 21 ago 2023.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia poderá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina V – Laboratório de Práticas

Ementa: Diretrizes laboratoriais: métodos qualitativos de pesquisa, o estudo de caso, elementos do processo de seleção de casos, fontes de pesquisa, planejamento e organização dos seminários de apresentação e etiqueta acadêmica para apresentação. Acompanhamento e avaliação prévia: discussão dos trabalhos em elaboração e orientação. Apresentação e debates: discussão no ambiente dos seminários.

Objetivos específicos da disciplina:

- Discutir e analisar temas emergentes relacionados às experiências práticas inerentes ao processo político.
- Aplicar o método de estudos de casos concretos em seu contexto de trabalho, de modo a desenvolver análises e discussões aprofundadas sobre temas pertinentes.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- Compreender os recursos metodológicos aplicáveis aos estudos de caso que podem ser empregados no desenvolvimento dos trabalhos requeridos ao longo do curso e as fontes de consulta para a elaboração do seu conteúdo.

Carga horária: 12 horas.

Detalhamento da disciplina:

A disciplina Laboratório de Práticas deverá consolidar a aprendizagem do curso por meio da análise e da discussão de casos concretos e da sua exposição para a turma nas formas oral e escrita, utilizando relatórios e apresentação de slides. O estudo de caso não deverá ser apenas um resumo das leituras selecionadas, sendo os alunos incentivados a encontrar um tópico de interesse e trazer novas perspectivas e práticas para a classe. Combinações que envolvam teoria e métodos relevantes serão bem-vindas na apresentação.

Na primeira aula, que ocorrerá, preferencialmente, após 30% do curso estar concluído, o(a) facilitador(a) deverá apresentar as diretrizes da disciplina e abordar assuntos fundamentais para a boa execução dos trabalhos, como fontes de pesquisa e plágio, bem como os parâmetros de acompanhamento e avaliação dos trabalhos. Em seguida, deverá apresentar algumas temáticas relativas aos tópicos desenvolvidos ao longo do curso, e distribuir, preferencialmente, os alunos em 9 (nove) grupos de 4 (quatro) a 5 (cinco) participantes cada. Cada grupo escolherá um tema de interesse, não sendo recomendável que um mesmo assunto seja abordado por mais de um grupo. Os alunos poderão sugerir temas em complemento àqueles que vierem a ser apresentados pelo(a) facilitador(a), porém sujeitos à aprovação deste. Os discentes utilizarão um estudo de caso apresentado pelo(a) facilitador(a) como modelo para os trabalhos que realizarão ao longo do programa.

A listagem a seguir exemplifica, de forma não exaustiva, alguns dos temas que podem ser disponibilizados aos alunos pelo(a) facilitador(a). Tais temas, se utilizados, poderão ser



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

aperfeiçoados e/ou modificados pelo(a) docente a fim de especificar melhor a abrangência dos trabalhos que devem ser realizados:

- O processo político na discussão e na aprovação do Novo FUNDEB no Congresso Nacional em 2020 (Projeto de Lei 4372/20);
- O processo político da Lei das Fake News (Projeto de Lei nº 2630/2020);
- O processo político na discussão e na aprovação de matérias relacionadas à pauta feminina;
- Estudo de avaliação de política pública realizada por comissão do Senado (por exemplo, a atuação da Comissão de Ciência e Tecnologia em políticas públicas para área da saúde);
- A tramitação da lei para criar o Sistema Nacional de Educação no Senado: principais pontos de discussão e atores envolvidos (Projeto de Lei Complementar nº 235/2019);
- O processo político na revisão do Estatuto do Desarmamento na CCJ;
- O processo político na avaliação e aprovação de embaixadores na CRE (por exemplo, a partir da Mensagem do Senado Federal nº 29/2023);
- O processo político na avaliação e aprovação de ministros do STF na CCJ (por exemplo, a partir da Mensagem do Senado Federal nº 36/2021).

A segunda e terceira aulas ocorrerão após a conclusão, preferencialmente, de 50% e 70% do curso, respectivamente. Nelas o(a) docente fará o acompanhamento dos estudos de caso em desenvolvimento, e apontará eventuais ajustes e correções nos trabalhos. Tal acompanhamento se dará por meio de horário reservado para cada grupo de trabalho, dentro do horário previsto para a disciplina.

As últimas três aulas ocorrerão ao final do curso e serão dedicadas à apresentação e aos debates acerca dos estudos de caso definidos dentro dos temas escolhidos pelos grupos na primeira aula. Durante o período, cada grupo terá 20 (vinte) minutos para a apresentação e até 20 (vinte) minutos para debates com o(a) docente e com os demais alunos. Todos os membros



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

do grupo deverão participar ativamente da apresentação e da discussão, que também terá o(a) docente como arguente.

O roteiro da apresentação deverá contemplar questões relevantes para o processo político, tais como: a problemática; os atores envolvidos e as respectivas atribuições; as recomendações de políticas públicas etc.

É recomendável que o grupo submeta antecipadamente para análise do(a) docente os slides e um plano para iniciar e moderar o debate com a turma, a fim de esclarecer possíveis dúvidas e ter em mãos o conteúdo adequado ao dia da apresentação.

Após a apresentação, cada grupo deverá entregar ao professor os slides pertinentes à apresentação e um resumo de 1.000 (mil) palavras (+/- 100) da mesma, excetuando as referências bibliográficas. O resumo deverá conter o trabalho redigido pelo grupo, além de uma breve descrição das interações com a turma. Cada grupo deverá confirmar com o(a) docente a entrega desses materiais, que deverão ser considerados na composição da nota da disciplina.

Quadro-resumo sugerido para a disciplina:

Aula	Conteúdo	Carga Horária
1	Diretrizes Laborais	2h
2	Orientação	2h
3	Orientação	2h
4	Apresentação e Debates	2h



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

5	Apresentação e Debates	2h
6	Apresentação e Debates	2h

Referências básicas*:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. [10. ed.] São Paulo: Atlas, 2010.

COLLIER, D.. Understanding Process Tracing. PS: Political Science & Politics, 44(4), pp. 823-830. 2011. Disponível em:

<https://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Understanding%20Process%20Tracing.pdf>. Acesso em 21 ago 2023.

Curso de Métodos Inferenciais. Professor Fabiano Schwartz. Disponível em: <https://fabiano.cf/mipl.html>. Acesso em 21 ago 2023.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

ENAP. Estudos de Caso – Casoteca. Disponível em:

<https://www.enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/publicacoes/estudos-de-caso-casoteca>.

Acesso em 21 ago 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Sumário: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=direct&doc_number=001142003&local_base=SEN01. Acesso em 21 ago 2023.

FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um Guia para Iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.

MACHADO, Daniel Baldin. Sete elementos do processo de seleção de casos: contribuições para um maior rigor e transparência nas Ciências Sociais, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/g6rXxyVTPLnfSV3v7fXyNvR/?lang=pt>. Acesso em 21 ago 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. [9. ed.] São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. [9. ed.] São Paulo: Atlas, 2021.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. Qual o Lugar do Caso nas Ciências Sociais? Conexão Política, v. 4, n. 2, p. 67–82, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5675>. Acesso em 21 ago 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Diretrizes para realização de um seminário. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63–71

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia poderá ser atualizada e/ou ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

6. METODOLOGIA

A proposta didático-pedagógica busca propiciar condições para a produção, integração, disseminação e aplicação prática dos saberes que compõem o tema do curso. O escopo das aulas deve fomentar a participação ativa e a iniciativa individual dos alunos, ao



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

mesmo tempo estimulando as atividades em grupo. Também buscará incentivar o desenvolvimento intelectual acerca da área sob enfoque.

O curso será estruturado em disciplinas independentes, mas integradas, que serão compostas por aulas expositivas e debates coletivos, de forma a unir os fundamentos teóricos às atividades práticas. Os conteúdos, por sua vez, serão trabalhados levando-se em consideração os conhecimentos necessários para o melhor desempenho das atividades que englobam a análise e a intervenção no processo político, aproveitando-se, na medida do possível, das produções intelectuais dos próprios alunos, ainda inéditas, mas atuais e compatíveis com os tópicos estudados.

As aulas serão semanais, de forma remota, utilizando plataformas de videoconferência, como Microsoft Teams ou outras que porventura se mostrem mais qualificadas. De acordo com o planejamento das disciplinas, algumas podem ser ministradas de forma híbrida e/ou assíncrona, como videoaulas, por meio do ambiente virtual de aprendizagem Saberes.

Será estimulada a utilização de metodologias ativas de aprendizagem, que levam o aprendiz a participar de forma comprometida com o seu processo de aprendizagem, enquanto reflete sobre aquilo que está fazendo, tornando sua aprendizagem significativa. De acordo com Filatro e Cavalcanti (2018, p. 12 apud Gomes, Batista e Fusinato, 2021, p. 474), “as metodologias ativas são estratégias, técnicas, abordagens e perspectivas de aprendizagem individual e colaborativa que envolvem e engajam os estudantes no desenvolvimento de projetos e/ou atividades práticas”. Portanto, buscar-se-á explorar abordagens ativas com potencial inovador por promoverem a reflexão-ação (articulação entre teoria e prática), como aprendizagem baseada em problemas (estudos de caso) e learning by doing (aprender fazendo).

Deverá ser priorizado o planejamento instrucional (pelo docente, por meio do plano de ensino e, se possível, roteiro de ensino-aprendizagem) para o melhor aproveitamento dos recursos didático-pedagógicos – a exemplo de ferramentas interativas, da plataforma de



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

videoconferência e do ambiente virtual de aprendizagem – para o alcance dos objetivos de aprendizagem.

6.1. Previsão da execução das aulas remotas

As aulas poderão ocorrer virtualmente, de forma remota e sincrônica, às segundas e sextas-feiras, das 8h às 12h10 – com 10 minutos de intervalo a cada duas horas de atividades letivas – e às quintas-feiras, das 18h às 20h. Aos alunos será facultada a assistência às aulas, de forma assíncrona (quando prevista no plano de ensino do componente curricular, em substituição à participação sincrônica), desde que apresentado ao(à) facilitador(a) de aprendizagem correspondente – para fins de recuperação, avaliação complementar e sem prejuízo da avaliação final – um resumo escrito sobre os assuntos abordados na aula correspondente, nos termos que vierem a ser definidos no plano de ensino de cada disciplina.

A participação assíncrona poderá implicar na redução da nota final do componente curricular, aferida pelo(a) discente, no quesito participação em sala de aula, conforme os critérios estipulados no plano de ensino. Recomenda-se que o plano de ensino não preveja a possibilidade alternativa de assistência assíncrona nos encontros finais do componente curricular Laboratório de Práticas.

É responsabilidade única e exclusiva dos alunos a frequência aos encontros virtuais, bem como a recuperação de conteúdo em caso de indisponibilidade de agenda para participação das atividades síncronas. As aulas virtuais, quando gravadas para fins de recuperação do discente no componente curricular conforme o plano de ensino, estarão disponíveis por tempo limitado a critério do ILB, sendo seu uso único e exclusivo para fins didático-pedagógicos do curso.

7. PROCESSO AVALIATIVO



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

O processo avaliativo será composto por dois tipos de avaliação: a de aprendizagem e a do curso.

7.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem considera a média simples das notas obtidas em cada uma das cinco disciplinas como desempenho global do aluno.

Os critérios de avaliação de aprendizagem de cada disciplina serão definidos pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem, em conjunto com o SEFOPEE e com o(a) coordenador(a)-geral do curso, e deverão constar no plano de ensino de cada componente curricular, podendo ser considerados, dentre outros:

- o interesse, a pontualidade e a assiduidade;
- a busca de material complementar à leitura indicada;
- a efetiva leitura do material bibliográfico da aula;
- a análise crítica e/ou fichamento das leituras;
- a participação das discussões em sala e em fóruns virtuais;
- os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em grupo.

Para alcançar aprovação em cada componente curricular, o aluno deverá alcançar nota mínima 6.0 e possuir frequência mínima de 75% na disciplina, conforme critérios de apuração que vierem a ser estabelecidos em seu plano de ensino.

7.2 Avaliação do Curso

A avaliação do curso será realizada a partir de questionários a serem respondidos pelos discentes, docentes e coordenador(a)-geral.

8. CORPO DISCENTE

Para a realização da inscrição, o aluno deverá possuir diploma de graduação e apresentar toda a documentação exigida pela COESUP para formalização da matrícula, conforme regras que vierem a ser estabelecidas em chamada pública.

Para fins de organização do fluxo de inscrições, o período de requerimento para a



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

assunção de vagas ocorrerá em três etapas: I) exclusivamente para servidores do Senado Federal; II) para servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União; III) para servidores da etapa II e de outras organizações públicas conveniadas, com instrumentos vigentes, com o Instituto Legislativo Brasileiro/Senado Federal ou apenas com o Senado Federal.

9. CERTIFICAÇÃO

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter nota e frequência mínimas necessárias à aprovação (6.0 e 75%, respectivamente), em cada uma das cinco disciplinas, de acordo com o calendário e as demais regras estabelecidas.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será selecionado segundo a IN do ILB nº 01/2021.

11. RECURSOS

11.1. Humanos

Facilitadores educacionais, preferencialmente do quadro do Senado Federal, selecionados com base na IN do ILB nº 1/2021 e em conformidade com o Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf – consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e alterações).

Tratando-se de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, o pedido encontra-se fundamentado no art. 19 do Anexo IV do RASf e no art. 76-A da Lei nº 8.112/1990.

11.2. Didáticos

Textos de apoio, filmes, dinâmicas em grupo, uso da Plataforma Saberes, plataforma de videoconferência, recursos audiovisuais, fóruns temáticos e exercícios de fixação, dentre outros a serem indicados pelos facilitadores de aprendizagem.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

11.3 Financeiros

Encargo / Papel	Carga horária	Formação docente esperada mínima/máxima	Custo estimado com base na formação máxima*
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina Fundamentos do Processo Político	8 h	Especialização/ Doutorado	R\$ 3.839,04
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina Poder Legislativo e a Relação entre os Poderes	12 h	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.758,56
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina O Congresso e a Dinâmica dos Trabalhos Legislativos	14 h	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.718,32
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina O Legislativo e as Políticas Públicas	14 h	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.718,32
Facilitador(a) de Aprendizagem da disciplina Laboratório de Práticas	12 h	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.758,56
Coordenador(a) - Geral do	30 h**	Mestrado/	R\$ 9.161,40



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Curso		Doutorado	
Teto do custo total estimado com base na possível titulação máxima do quadro docente			R\$ 37.954,20
Supervisão Pedagógica	Atribuições a serem exercidas diretamente pela SEFOPEE e/ou COESUP		

* Valores estimados conforme ADG nº 5/2023.

** Máximo de 30 horas remuneradas, distribuídas nos três meses de execução da iniciativa.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

12. INDICADORES DE DESEMPENHO:

Indicadores de planejamento

Indicador	Detalhamento	Meta
Projeto pedagógico	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie o curso sob os seguintes aspectos”, na avaliação do curso pelos alunos.	≥ 8,5
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Modalidade das aulas (presencial, remoto, ead, híbrido etc)- Horário de realização do curso- Período de realização do curso- Adequação do conteúdo à carga horária estabelecida- Conteúdo programático- Carga horária semanal- Carga horária total	
Planos de ensino das disciplinas	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a disciplina sob os seguintes aspectos”, nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	≥ 8,5
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Carga horária total disponível para a disciplina- Duração das aulas- Ementa da disciplina- Objetivos da disciplina- Quantidade de atividades avaliativas- Formato das atividades avaliativas- Conteúdo das atividades avaliativas	

Indicadores de atendimento

Indicador	Detalhamento	Meta
Corpo técnico-	Fórmula:	≥ 8,5



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

administrativo do ILB	Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o corpo técnico-administrativo do ILB sob os seguintes aspectos”, na avaliação do curso pelos alunos.	
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Agilidade na entrega de declarações e outros serviços da secretaria- Atendimento a dúvidas quanto ao uso das plataformas virtuais (Zoom, Teams e Saberes)- Orientações preliminares antes da efetivação da matrícula- Notificações de atividades pendentes- Notificações de alunos faltantes- Agilidade no lançamento das frequências no Saberes- Agilidade na liberação das aulas gravadas para os alunos autorizados- Gestão da sala de aula e das gravações- Apoio técnico na realização das aulas- Adequação das informações apresentadas na ambientação	
Coordenador-geral do curso	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie a atuação do coordenador-geral do curso sob os seguintes aspectos”, na avaliação do coordenador-geral do curso pelos alunos.	≥ 8,5
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Relacionamento interpessoal- Pontualidade e assiduidade nos compromissos marcados- Disponibilidade para atendimento aos alunos- Agilidade no atendimento de demandas- Capacidade de resolução de problemas- Acompanhamento do funcionamento do curso	
Corpo docente	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a atuação do facilitador de aprendizagem sob os seguintes aspectos”, nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	≥ 8,5



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Pontualidade e assiduidade- Domínio do conteúdo- Domínio dos recursos tecnológicos utilizados- Didática e estratégias de ensino-aprendizagem- Cumprimento do plano de ensino- Capacidade de lidar com divergências de opinião- Atendimento a dúvidas dos alunos- Coerência entre as atividades avaliativas e o conteúdo apresentado- Feedback sobre as atividades avaliativas- Pontualidade na divulgação das notas- Qualidade dos materiais didático-pedagógicos disponibilizados- Agilidade na disponibilização dos materiais didático-pedagógicos- Qualidade da bibliografia utilizada	
--	---	--

Indicadores de infraestrutura

Biblioteca do Senado Federal	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua experiência em relação a Biblioteca do Senado Federal”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Biblioteca do Senado Federal física- Biblioteca do Senado Federal digital	
Plataforma Zoom	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Zoom” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,0$
	Item Avaliado: <ul style="list-style-type: none">- Plataforma Zoom	
Plataforma Teams	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Teams” na	$\geq 8,0$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso”, na avaliação do curso pelos alunos.	
	Item Avaliado: - Plataforma Teams	
Plataforma Saberes	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Saberes” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,0$
	Item Avaliado: - Plataforma Saberes	

Indicadores de resultados:

Indicador	Detalhamento	Meta
Vagas ocupadas	Fórmula: Quantidade de alunos regulares matriculados em relação ao previsto no projeto pedagógico.	100%
Índice de aprovação	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que atenderam aos critérios de aprovação no curso.	$\geq 90\%$
Índice de desistência/evasão	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que foram reprovados por falta em pelo menos uma disciplina do curso.	$\leq 5\%$
Atendimento aos objetivos de aprendizagem da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois da disciplina”, nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Disciplina I: - Discutir os componentes mais	



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	<p>relevantes do processo político no contexto do Legislativo brasileiro, apontando os atores, as interações e as possíveis fragilidades.</p> <ul style="list-style-type: none">- Perceber as políticas públicas de forma conjuntural no ambiente do Poder Legislativo.- Disciplina II:<ul style="list-style-type: none">- Analisar as dimensões do sistema de governo no Brasil, notadamente sob a perspectiva das relações entre os poderes Legislativo e Executivo, especialmente quanto à dinâmica dessas relações.- Abordar de forma analítica o Bicameralismo no Brasil e o presidencialismo de coalizão como atributos integrantes na relação entre os Poderes.- Disciplina III:<ul style="list-style-type: none">- Examinar o funcionamento interno do Congresso e as relações construídas pelos parlamentares e partidos políticos com a sociedade civil.- Perceber essas dinâmicas sob a ótica do debate nacional acerca dos grandes temas.- Disciplina IV:<ul style="list-style-type: none">- Identificar modelos de análise e avaliação de políticas públicas, as quais têm ocupado cada vez mais espaço nas discussões legislativas, especialmente no Senado Federal.- Compreender o papel do Poder Legislativo na produção, na fiscalização e na avaliação de políticas públicas.- Disciplina V:<ul style="list-style-type: none">- Discutir e analisar temas emergentes relacionados às experiências práticas inerentes ao processo político.- Aplicar o método de estudos de casos	
--	--	--



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	<p>concretos em seu contexto de trabalho, de modo a desenvolver análises e discussões aprofundadas sobre temas pertinentes.</p> <ul style="list-style-type: none">- Compreender os recursos metodológicos aplicáveis aos estudos de caso que podem ser empregados no desenvolvimento dos trabalhos requeridos ao longo do curso e as fontes de consulta para a elaboração do seu conteúdo.	
Atendimento aos objetivos de aprendizagem do curso	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois do curso”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens avaliados: <ul style="list-style-type: none">● Refletir de forma crítica sobre as dinâmicas do Poder Legislativo e do processo político, percebendo o seu papel na estrutura do Congresso Nacional.● Formular análises qualificadas sobre sistemas, organizações e processos políticos.● Compreender a estrutura e o processo de governo em seus diferentes níveis e nas várias instituições políticas.● Demonstrar como se configura a relação entre o Parlamento e a sociedade civil, evidenciando fluxos de informação relativos às demandas e às respectivas intervenções/reações.● Compreender as diversas perspectivas aplicadas às políticas públicas, destacando, especialmente, o papel do Legislativo em sua elaboração, discussão e monitoramento.● Disseminar informações sobre estudos legislativos.	
Rendimento médio por disciplina	Fórmula: Média das notas da disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas	$\geq 7,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Rendimento médio por curso	Fórmula: Média dos valores de rendimento médio por disciplina obtidos para cada disciplina do curso.	$\geq 7,5$
Frequência média por disciplina	Fórmula: Percentual médio de frequência na disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 75\%$
Frequência média por curso	Fórmula: Média dos valores de frequência média por disciplina obtidos para cada disciplina do curso.	$\geq 75\%$
Impacto profissional imediato da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o impacto profissional imediato da disciplina em seu trabalho, sob os seguintes aspectos”, nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	≥ 7
	Itens Avaliados: <ul style="list-style-type: none">- Aumento da eficiência no cumprimento das tarefas- Melhoria do grau de motivação no contexto laboral- Aumento da qualidade na entrega dos resultados esperados- Aptidão para o desenvolvimento de novas atividades	
Impacto profissional imediato do curso	Fórmula: Média global dos valores de impacto profissional imediato obtidos nas disciplinas do curso.	≥ 7
Atendimento a expectativas	Fórmula: Percentual de respostas SIM à questão “O curso atendeu às suas expectativas”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 80\%$